



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 17 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 9 DE SETEMBRO DE 2016.**

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. 22/2016 - Adjudicação da Empreitada “Execução de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor”; -----
2. Transportes Escolares – Ano letivo 2016/2017; -----
3. Refeições Escolares – Ano letivo 2016/2017; -----
4. Apoio – Despesas de Transportes Escolares; -----
5. Concurso “Anjos na Arte”; -----
6. Adenda ao Contrato de Parceria celebrado entre a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad e o Município de Penamacor; -----
7. Pagamento de Quota Extraordinária à Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad; -----
8. Apoios na Educação; -----
9. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 24 de agosto do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. O senhor vereador Pedro Folgado não participou na votação por não ter estado na reunião. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** informou sobre um email enviado ao executivo, onde foram apresentadas algumas queixas acerca do funcionamento das Termas das Águas. -----

Referiu-se a um assunto veiculado nas redes sociais, respeitante à falta de pressão de água nas torneiras, designadamente no Lar Residencial Dona Bárbara Tavares da Silva. -----

Por último, deu conhecimento de um anúncio do governo relativo à descida de preço do gasóleo profissional nas zonas fronteiriças de Bragança, Almeida, Elvas e Serpa. Questionou o senhor presidente se o município de Penamacor está a pensar manifestar algum tipo de posição, no sentido de alargar a medida a todo o interior raiano. -----

**O Sr. Vereador Manuel Robalo** reportando-se ao email referido pelo senhor vereador Pedro Folgado, disse tratar-se de um assunto dúbio. Refere que a gestão das Termas é da responsabilidade da cooperativa Aguascoop, embora seja a autarquia que está a proceder à sua gestão há três anos. Informou que para qualquer utente efetuar tratamentos, tem que se submeter a uma consulta médica para prescrição dos mesmos. Declarou não ter conhecimento de qualquer reclamação nas Termas. -----

Relativamente à falta de pressão no Lar Residencial Dona Bárbara Tavares da Silva, disse que o assunto foi abordado nas redes sociais mas a autarquia

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

apenas teve conhecimento formal do sucedido no dia 5 de setembro de 2016. Após receção do ofício, os serviços deslocaram-se ao local e constataram que a pressão à entrada do contador era de aproximadamente 6 kg (pressão recomendada). Trata-se de uma questão que ocorre dentro do Lar, não sendo da competência da autarquia. -----

**O Sr. Presidente António Soares** disse ter tomado nota do anúncio do governo relativo à descida de preço do gasóleo profissional. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

#### **1 – PROC. 22/2016 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DA 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR”.** -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea b) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a adjudicação da empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma apresenta um preço base superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar e relatório final; -----

**PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO:** -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- 1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----
  - 2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Execução de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor”, à sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda. pelo preço contratual de € 98 935,76 + IVA. -----
  - 3 – Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.
  - 4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho regressou à sala de reuniões. -----

### **2 – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

Compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto artigo 33º, nº 1 alínea gg), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no Decreto-Lei nº 299/84, de 11 de setembro, assegurar, organizar e gerir os transportes escolares do município. -----

Foi aprovado o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2016-2017, por deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril do corrente ano. -----

Incumbe ao Município o transporte para a escola dos alunos que residem a mais de 4 km da sede do Agrupamento, o qual tem refeitório. -----

Há necessidade de assegurar o funcionamento de uma rede de transporte público de passageiros que sirva as populações de todas as freguesias da área do Município, mantendo as carreiras existentes e, eventualmente, criando outras; -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Na sua maioria as carreiras de transporte público de passageiros poderão não revestir interesse económico passível de exploração comercial, pese embora a contrapartida financeira que advenha quer da venda direta de títulos de transporte que da receita dos passes escolares; -----

O Regulamento (CE) nº 1370/2007, de 23 de outubro, impõe obrigatoriedade de celebração de contratos de serviço público entre as autoridades competentes e os operadores de serviços públicos de passageiros sempre que haja lugar à atribuição de direitos exclusivos e/ou atribuição de compensação financeira em razão de obrigações de serviço público; -----

Está em fase de implementação o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros aprovado pela Lei 52/2015, de 9 de junho; -----

Assim: -----

Tendo em conta que se mantém o interesse em continuar a assegurar a prestação de um serviço público de transporte de passageiros que garanta o transporte das populações das diversas freguesias para a sede do concelho e vice-versa aliado à necessidade de assegurar o transporte escolar dos alunos de e para Penamacor, o qual esteve no cerne do Protocolo celebrado em 2006 com a Rodoviária da Beira Interior, S.A., única empresa de transportes coletivos de passageiros a operar na área do município, entendeu-se oportuno introduzir alguns ajustes ao referido protocolo, que deverá ser revisto oportunamente em conformidade com o regime jurídico do transporte público de passageiros que vier a ser aprovado. -----

-

Deverão manter-se carreiras de transporte público de passageiros de todas as freguesias, em horários que permitam também o transporte de alunos desde as freguesias onde residem até ao estabelecimento de ensino que frequentam em Penamacor e vice-versa. Reconhecendo-se que a exploração comercial das ditas carreiras pode não representar interesse económico para a operadora, deverá manter-se o pagamento pelo Município à empresa transportadora de uma contrapartida financeira pela prestação de um serviço público. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Mediante a manutenção desta solução, será possível prestar às populações um serviço público de transporte ao mesmo tempo que é assegurado o transporte dos alunos desde as aldeias onde residem até ao estabelecimento de ensino, num sistema de transporte conjunto, ficando devidamente assegurada a prática de horários e circuitos compatíveis com a frequência das aulas, em moldes idênticos aos anos letivos anteriores. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado: -----

1 - Manter o protocolo celebrado em 2006 com a operadora de transportes coletivos de passageiros, Rodoviária da Beira Interior, SA, com a redação que agora lhe é dada e cuja minuta se anexa. -----

2 – Autorizar, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, o pagamento de contrapartida financeira pela realização das carreiras de serviço público que garanta o equilíbrio económico-financeiro da respetiva exploração, sem prejuízo das receitas diretas com a venda de títulos de transporte, no valor até € 84.437,50 mais IVA à taxa legal em vigor, a que correspondem € 482,50 por cada dia em que devam ser também assegurados os transportes escolares no decurso do ano letivo de 2016-2017. -----

3 – Autorizar a despesa com passes escolares no valor estimado de € 75.000,00, IVA já incluído, correspondente ao ano letivo de 2016-2017. -----

4 - Aprovar em minuta as presentes deliberações, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A despesa assume carácter plurianual e insere-se no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal por deliberação de 4 de dezembro de 2015, aprovada em minuta, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, para efeitos do disposto no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 22/2015, de 17 de março. -----

A despesa tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as seguintes classificações: Orgânica 02, Económica 020210 e no Plano Plurianual de Investimentos do ano corrente, no Objetivo 2, Programa 211, Projeto 2016/6

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Ação 5. A assinatura do protocolo e os pagamentos que dele resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, após emissão do compromisso respetivo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **3 – REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Considerando as competências dos municípios em matéria de fornecimento de refeições escolares aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, cujo enquadramento é feito por referência, respetivamente, às atividades de apoio à família e ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições;

-----  
Considerando as orientações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, de acordo com as quais o fornecimento de refeições é assegurado pelos refeitórios escolares geridos pela DGEstE, nos termos do Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, recaindo os encargos sobre os municípios respetivos; Considerando, por último, a necessidade de estabelecer com o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares protocolo de colaboração que regule os termos em que há-se ser assegurado o fornecimento de refeições escolares aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, através de refeitório concessionado na sequência de procedimento da responsabilidade do Ministério da Educação, -----

Propõe-se que seja deliberado, ao abrigo da competência prevista na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, celebrar protocolo de colaboração tripartido, entre o Município, o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches de Penamacor e a DGEstE que regule o fornecimento de refeições escolares a cerca de 93 alunos do 1º ciclo do ensino básico e 25 alunos do ensino pré-escolar no decurso do ano letivo de 2016-2017. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Mais se propõe que seja deliberado autorizar a despesa que cabe ao Município suportar com o fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, cujo valor estimado por refeição diária será € 1,72 já com IVA incluído, pelo que o valor estimado da despesa para o ano letivo de 2016-2017 será de € € 35.094,00, com IVA já incluído á taxa legal em vigor (correspondendo € 27.354,00 ao fornecimento de refeições aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e € 7.740€00 às refeições do pré-escolar). -----

Propõe-se, ainda: -----

a) Que seja aprovada a minuta do protocolo, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

b) Que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A despesa assume carácter plurianual e insere-se no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal por deliberação de 4 de dezembro de 2015, aprovada em minuta, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, para efeitos do disposto no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei 22/2015, de 17 de março. -----

A assinatura do protocolo e os pagamentos que dele resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei 22/2015, de 17 de março, após emissão do compromisso respetivo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **4 – APOIO – DESPESAS DE TRANSPORTES ESCOLARES. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“No que respeita às competências em matéria de educação, cabe aos municípios assegurar os transportes escolares, como resulta da alínea a) do nº

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 do artigo 19º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro. Regula nesta matéria o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

Neste contexto, encontram-se assegurados para o ano letivo 2016/2017 os transportes de todos os alunos do concelho, quer sejam oriundos das freguesias quer de locais mais ou menos isolados e não servidos pelas carreiras de transportes coletivos. Existem, no entanto, situações pontuais para as quais não foi possível encontrar uma solução de transporte de entre as previstas no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

É o que acontece com a situação de três alunos que frequentam as Escolas do Agrupamento Ribeiro Sanches em Penamacor, designadamente o 1º ciclo do ensino básico, o 9º e o 12º ano de escolaridade e residem na Quinta dos Alísios, situada a cerca de 5 quilómetros do ponto de paragem mais próximo, que é o da freguesia de Meimão. -----

Competindo à Câmara Municipal assegurar a deslocação destes alunos, nos termos do artigo 6º do diploma referido e, não sendo possível encontrar outra forma de efetuar o seu transporte, os pais destes alunos concordaram em assegurar o transporte dos mesmos desde o local da sua residência até ao ponto de paragem do transporte coletivo na freguesia de Meimão, acordando-se para o efeito a atribuição de apoio à família sob a forma de subsídio destinado a cobrir as despesas de deslocação. -----

Assim, propõe-se: -----

1 – Que seja deliberado atribuir à Sr.ª Maria do Céu Lourenço Nobre (contribuinte fiscal 196 889 162), Encarregada de Educação dos alunos Ariana Filipa Nobre Silva, Joana Cristina Nobre Silva e João Pedro Nobre Silva, o valor de €10,00 por cada dia de aulas efetivamente frequentado como apoio às despesas de transporte. -----

2 - Que o apoio seja atribuído no final de cada período escolar com efeitos a partir do início do ano letivo (15 de setembro) até final do ano letivo 2016/2017". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

### 5 – CONCURSO “ANJOS NA ARTE”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Aos municípios são assacadas atribuições de diversa natureza, designadamente em matéria de cultura, conforme se prevê a alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto, é de todo o interesse para o Município de Penamacor a promoção de atividades culturais, desde logo face à inexistência de eventos desta natureza, salvo aqueles que o próprio Município proporciona à população e visitantes ocasionais. -----

Deste modo, pretende agora promover-se um evento cultural sob a forma de concurso, para cuja designação se propõe o título de “Anjos na Arte”. Tem como objetivo proporcionar um espaço de criação artística a partir das vivências e tradições católicas da época natalícia, além de promover o aparecimento de novos talentos. -----

Assim, propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere o seguinte: -----

I – Autorizar a realização de um evento cultural a designar “Anjos na Arte”, constituído por concurso seguido exposição dos trabalhos, cujas normas de participação constam do documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta propondo-se a respetiva aprovação. -----

II – Autorizar a atribuição de prémios monetários aos três primeiros classificados em cada uma das duas categorias a concurso: -----

1 - Profissional: -----

a) 1º classificado - € 150,00; -----

b) 2º classificado - € 125,00; -----

c) 3º classificado: € 100,00. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

2 – Amador: -----

a) 1º classificado - € 125,00; -----

b) 2º classificado - € 100,00; -----

c) 3º classificado: € 75,00. -----

III- Designar para avaliarem e classificarem os trabalhos apresentados a concurso, com base em critérios de originalidade, expressão criativa e qualidade técnica, conforme se encontra definido na norma do concurso, os seguintes elementos que integrarão o júri de avaliação: -----

1 – Presidente: Drª. Ilídia Cruchinho Alves Lélé, Vereadora da Câmara Municipal com o Pelouro da Cultura; -----

2 – 1º Vogal: João José Robalo, Ceramista; -----

3 – 2º Vogal: Artur Aleixo, Pintor e Escultor”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

## **6 – ADENDA AO CONTRATO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL – ROTAS SEFARAD E O MUNICÍPIO DE PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Na qualidade de membro da Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, o Município de Penamacor assumiu papel de relevo como parceiro no projeto designado “Rotas Sefarad – Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas”. -----

Tal projeto foi aprovado no âmbito do Programa Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural, cujas condições de execução e financiamento constam de contrato-projeto celebrado entre a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad e a Direção Regional de Cultura do Centro. -----

Neste contexto, e no âmbito do Projeto “Rotas Sefarad – Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas”, foi assinado entre o

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Município de Penamacor e a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, no dia 21 de janeiro de 2015, um Contrato de Parceria aprovado por deliberação desta Câmara Municipal de 21 de janeiro de 2015, para definição dos termos e condições de execução da atividade/ação designada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches”. Veio entretanto a ocorrer uma reprogramação financeira aprovada pelos Estados Doadores bem como a extensão do prazo do projeto até abril de 2017. Verifica-se, por isso, a necessidade de introduzir alguns ajustamentos ao Contrato de Parceria oportunamente assinado entre o Município e a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, de acordo com o documento recebido e pelas razões e fundamentos que dele constam e que aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos. -----

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal que, ao abrigo das competências previstas nas alíneas r) e t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar em Adenda ao Contrato de Parceria celebrado no dia 21 de janeiro de 2015 entre o Município de Penamacor e a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, as alterações que constam do documento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **7 – PAGAMENTO DE QUOTA EXTRAORDINÁRIA À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL – ROTAS SEFARAD. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Sendo o Município de Penamacor membro da Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, assumiu a qualidade de parceiro no projeto designado “Rotas Sefarad – Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas”. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi assinado nesse âmbito, no dia 21 de janeiro de 2015, um Contrato de Parceria para definição dos termos e condições de execução da atividade/ação designada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches”.

Por deliberação da Assembleia Geral da Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad datada de 27 de novembro de 2015, foi decidido que os municípios parceiros, beneficiários de obra material, deveriam suportar um encargo adicional de 8% sobre o valor total elegível dos respetivos projetos, de modo a assegurar as restantes ações do projeto e a sua gestão. Tal encargo seria suportado através da emissão de quotização extraordinária. -----

O Município de Penamacor encontra-se nessa situação, por força da obra designada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches”. O valor em causa, correspondente a 8% do valor da despesa elegível, é de € 13.800,00. -----

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal de delibere, a título de quotização extraordinária, autorizar o pagamento à Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad do valor de € 13.800,00 (treze mil e oitocentos euros), ao abrigo da competência prevista na alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com a documentação que se anexa e faz parte integrante da presente proposta. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **8 – APOIOS NA EDUCAÇÃO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

“O Município de Penamacor assegura aos alunos que frequentam os vários níveis de ensino no Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches, a prestação de apoios socioeducativos de natureza diversa. -----

Incluem-se nos apoios prestados, entre outros, o fornecimento de manuais escolares e de refeições escolares. No caso das refeições escolares, há lugar a comparticipação em conformidade com os rendimentos do agregado familiar e nos termos do Regulamento Municipal de Apoio à Educação. No que respeita aos manuais escolares, são os mesmos fornecidos gratuitamente a todos os alunos. -----

Têm vindo a verificar-se, no entanto, algumas situações de dívidas por falta de pagamento das comparticipações devidas no fornecimento de refeições. Importa regularizar tais situações, por razões de justiça e equidade. -----

Assim, propõe-se à Câmara Municipal que delibere, nos termos da alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, suspender a entrega ou o reembolso dos manuais escolares nas situações em que existam dívidas escolares decorrentes da falta da comparticipação devida pelo fornecimento de refeições”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **9 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 7.938.984,43 euro e uma despesa também acumulada de 5.493.158,97 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares